

**SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA****PL 480/26**

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal (1988).
- Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 – Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.
- Lei Federal nº 9.459, de 13 de maio de 1997 – Altera a Lei nº 7.716/1989 e o Código Penal para incluir discriminação por religião, procedência nacional e etnia.
- Lei Federal nº 9.982, de 14 de julho de 2000 – Dispõe sobre a prestação de assistência religiosa em entidades hospitalares públicas e privadas e estabelecimentos prisionais civis e militares.
- Decreto Federal nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010 – Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil.
- Lei Federal nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023 – Tipifica a injúria racial como crime de racismo e altera a Lei nº 7.716/1989 e o Código Penal.
- Lei Estadual nº 15.365, de 21 de março de 2014 (SP) – Institui o Dia Estadual da Liberdade Religiosa.
- Lei Estadual nº 17.346, de 12 de março de 2021 (SP) – Institui a Lei Estadual de Liberdade Religiosa no Estado de São Paulo.
- Lei Orgânica do Município de São Paulo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Resolução CMSP nº 19, de 21 de dezembro de 1995 – Cria a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania.
- Lei Municipal nº 14.223, de 26 de setembro de 2006 – Dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município.
- Decreto Municipal nº 48.147, de 16 de fevereiro de 2007 – Cria o Programa São Paulo em Paz.
- Lei Municipal nº 14.954, de 13 de julho de 2009 – Inclui o Dia do Combate à Intolerância Religiosa no Calendário Oficial.
- Lei Municipal nº 15.383, de 13 de junho de 2011 – Inclui a Semana Cultura da Paz no Calendário Oficial.
- Lei Municipal nº 16.186, de 23 de abril de 2015 – Inclui o Dia Marco da Paz no Calendário Oficial.
- Lei Municipal nº 16.357, de 7 de janeiro de 2016 – Inclui a Semana Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.
- Lei Municipal nº 16.633, de 17 de abril de 2017 – Inclui o Encontro da Paz no Calendário Oficial.
- Lei Municipal nº 17.463, de 9 de setembro de 2020 – Institui o Conselho Municipal de Defesa e Promoção da Liberdade Religiosa (COMPLIR).
- Lei Municipal nº 17.829, de 8 de julho de 2022 – Inclui o Dia Municipal da Liberdade de Culto no Calendário Oficial.
- Lei Municipal nº 18.230, de 1º de abril de 2025 – Inclui o Dia de Combate à Cristofobia no Calendário Oficial.
- Lei Municipal nº 18.367, de 18 de dezembro de 2025 – Reconhece o Cristianismo como manifestação cultural.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Decreto Municipal nº 57.023, de 25 de maio de 2016 – Reorganiza parcialmente a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

- Decreto Municipal nº 57.503, de 6 de dezembro de 2016 – Institui o Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos (PMEDH).

- Decreto Municipal nº 57.504, de 6 de dezembro de 2016 – Institui o Comitê Municipal de Educação em Direitos Humanos (CMEDH).

- PL 61/2026

Declara patrimônio cultural imaterial do Município de São Paulo a Marcha para Jesus.

- PL 1421/2025

Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o dia da Maçonaria Cristã.

- PL 1214/2025

Dispõe sobre a aquisição de livros sagrados e textos fundadores das principais tradições religiosas nas escolas da rede pública municipal de São Paulo, em respeito à pluralidade cultural, religiosa e à laicidade do Estado.

- PL 1104/2025

Institui a Política Municipal de Proteção à Liberdade de Fé da Juventude Cristã no âmbito das instituições de ensino públicas e conveniadas do Município de São Paulo.

- PL 942/2025

Altera a lei 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo o “Dia do Cristão na Ciência” no Município de São Paulo e dá outras providências.

- PL 683/2025

Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo o “Dia Oficial do Trap Gospel” no Município de São Paulo e dá outras providências.

- PL 472/2025

Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia da Identidade Armênia e dos Cristãos Armênios, no Calendário de Eventos do Município de São Paulo, e dá outras providências.

- PL 444/2025

Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o “Dia da Hinologia Cristã”, no Calendário de Eventos do Município de São Paulo, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- PL 371/2025

Dispõe sobre a criminalização de condutas que atentem contra a moral e os princípios das religiões de matriz cristã no município de São Paulo, estabelece a reparação por dano moral à imagem das religiões em caso de ofensa pública e dá outras providências.

- PL 329/2025

Dispõe sobre a vedação da utilização de símbolos religiosos em eventos públicos no Município de São Paulo e estabelece medidas de respeito à diversidade religiosa e cultural.

- PL 255/2025

Institui o Programa de Respeito à Religião em Eventos Culturais no Município de São Paulo e dá outras providências.

- PL 252/2025

Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Município de São Paulo a saudação cristã "A Paz do Senhor".

- PL 228/2025

Proíbe o financiamento público a escolas de samba e apresentações artísticas que promovam intolerância religiosa e dá outras providências.

- PL 116/2025

Altera a lei 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia de Combate à Cristofobia no Município de São Paulo e dá outras providências.

- PL 182/2024

Institui o Programa Municipal de Combate ao Racismo Religioso no Município de São Paulo e dá outras providências.

- PL 46/2022

Institui no Município de São Paulo o combate ao preconceito à crença do Cristianismo, sendo respeitada a liberdade religiosa.

- PL 834/2021

Dispõe sobre a inviolabilidade da liberdade religiosa como direito fundamental, nas entidades religiosas do Município de São Paulo.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Senhor Presidente.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

São Paulo, 06 de julho de 2026.

Cintia Talarico da Cruz Carrer

Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia

OAB/SP 155.068